

ESTADO DE SÃO PAULO

Política Autonomia em xeque

Apauta da frustrada revisão constitucional do ano passado incluía a rediscussão da representação política do Distrito Federal, que seria realizada a partir de duas propostas semelhantes do então senador Ronan Tito (PMDB-MG) e do hoje ainda senador Gerson Camata (PMDB-ES). Ao se adiantar às reformas políticas que deverão tramitar no segundo semestre, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) devolve o tema ao debate, por meio de uma comissão específica de estudos eleitorais que surpreende pela ousadia de suas propostas.

A proposta da comissão parte da constatação de excesso na representação política de um modo geral e, por isso, a linha da proposta é redutora de quadros da Câmara e do Senado. Para o plano federal, os juristas escolhidos pelo TSE propõem que caia de 513 para 400 o número de deputados, e de 81 para 52 o de senadores. O Distrito Federal, nesse contexto, é considerado um excesso completo: a comissão propõe simplesmente a extinção da representação política de Brasília, assegurada pela Constituição de 1988, sob o argumento de que o Congresso Nacional pode encarregar-se do assunto, como fazia antes.

Emocionalismos e interesses à parte, pode mesmo. Mas a conquista da representação, pela força intrínseca da autonomia, é de difícil reversão. Custeada pela União, Brasília deveria ter suas prioridades discutidas por fórum mais representativo do País, o que lhe daria até mais qualidade, segundo os críticos de sua emancipação, como o ex-senador Jarbas Passarinho e o ministro da Justiça, Nelson Jobim.

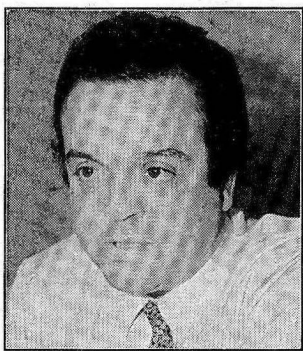
Isolada do resto do País, rotulada de "ilha da fantasia", a Capital parece mais irreal ainda na medida em que seus problemas ficam agora restritos a um fórum absolutamente inacessível, povoado de "líderes" de grupos classistas de menor expressão, que ganham salários parlamentares para discutir questiúnculas paroquiais. O TSE escolheu o caminho lógico: como reduzir os excessos federais, sem conside-

rar o maior de todos, na porta do Planalto?

A administração recente do PT deu a esse cenário cores mais promíscuas, no qual o governador Cristóvam Buarque se solidariza com personagens e circunstâncias inaceitáveis do ponto de vista do contribuinte. Foi assim no episódio do patrocínio das despesas da CUT nas manifestações anti-reformistas, quando financiou protesto de uma central sindical e disse publicamente que faria tudo outra vez. Uma postura que reacende a discussão sobre a incoerência de o governo federal custear uma oposição institucional instalada em sua sede política.

A imprensa local tem registrado outros episódios em que se nota o descuido — quase esforço — do governador Cristóvam em

dar nitidez a esses cenários pouco estimulantes à defesa da autonomia política de Brasília. O *Jornal de Brasília* de ontem, por exemplo, conta em reportagem pitoresca como o *Marcão da Rodoviária* — uma das lideranças anônimas prestigiadas pelo Palácio do Buriti (sede do governo local) —, pôs o cidadão Hermes de Paula, secretário de Obras de Cristóvam, para correr de um churrasco em homenagem ao deputado Chico Vigilante (PT-DF), numa cena teste-



■ João Bosco Rabello dirige a sucursal de Brasília

Comissão de juristas escolhidos pelo TSE propõe a extinção da representação política de Brasília

munhada pelo próprio governador e pelo presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

Marcão considerou que o secretário não tem critérios rigorosos para selecionar assessores para o governador — verdade da qual ele, *Marcão*, é o melhor exemplo. Ficou chateado porque a residência em que o governador comemorava o batizado dos filhos de deputado de seu partido estava situada em terreno irregular, com iluminação roubada da Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB). O secretário de Obras tinha autorizado a ligação clandestina. Cristóvam não viu nenhum mal nisso. Disse apenas: "Vamos investigar. Muitas das casas que visitamos estão em terrenos irregulares. Ontem mesmo jantei na casa do senador Paulo Bisol, que também se situa em área investigada."